

ARQUIVO, UNIVERSIDADE E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: um estudo de caso sobre o portal “UFF Memória e Informação”

Camilla Fernandes de Arquivo¹

camilla_aquino@id.uff.br

Luciane Simões Medeiros²

luciane.smedeiros@gmail.com

Resumo

O artigo pretende analisar o portal “UFF Memória Informação” resultado do projeto “Centro de Memória UFF”, para refletir sobre a relação entre o acervo custodiado na Coordenação de Arquivos da Superintendência de Documentação da Universidade Federal Fluminense e a memória institucional. Em 2011, o portal “UFF Memória Informação” foi desenvolvido como produto de projeto de extensão, com as finalidades de inventariar, reunir, sistematizar, produzir conteúdo e dar acesso aos documentos da memória institucional e coletiva da Universidade. O portal está estruturado a partir dos seguintes eixos temáticos: informação histórico-administrativa da Universidade, mapa com circuito de memória, linha do tempo e galeria multimídia. Neste último item, estão disponíveis fotografias, vídeos e áudios, acervo oriundo, em grande parte, da Coordenação de Arquivos. Em contraste a estes gêneros documentais digitalizados e acessíveis no portal, os documentos textuais não figuram nas possibilidades de pesquisa, tendo servido tão somente para subsidiar a pesquisa histórica do projeto, notadamente na seção informação histórico-administrativa e na linha do tempo. Diante disto, busca-se problematizar os usos do arquivo para a produção de conteúdo para o portal “UFF Memória Informação”, bem como o papel desempenhado pelos arquivistas neste processo. A partir de uma leitura crítica da Arquivologia e da função do arquivista, entende-se a difusão de arquivo como atividade e desafio contemporâneo ao exercício da profissão do arquivista. O texto irá se apoiar no referencial teórico de Terry Cook, em consonância com a corrente pós-moderna da Arquivologia. A partir das reflexões de Cook, busca-se compreender o arquivo não mais como um produto residual, estático, mas como agente ativo na composição de memórias organizacionais ou institucionais. Da mesma forma, problematiza-se o profissional de arquivo como mero guardião da memória, enfatizando seu papel de agente construtor dos processos produzidos no arquivo, conforme definidos por Cook. Entende-se o arquivista como um profissional que deve estar inserido ativamente nas atividades que envolvem os projetos de constituição da memória coletiva e social. O presente artigo pretende, portanto, localizar o papel da Coordenação de Arquivos nas ações desenvolvidas no projeto de memória institucional através do portal “UFF Memória Informação”. Mais especificamente, identificar os usos do arquivo e dos documentos arquivísticos no projeto memorial para compreender como o arquivo institucional foi acionado para a construção desta iniciativa memorialística. Inicialmente, apresenta-se a revisão bibliográfica sobre o tema memória institucional. Em seguida, contextualiza-se a criação do portal “UFF Memória Informação”, identificando os agentes, os discursos e os dispositivos de memória acionados no portal. O artigo conclui que o arquivo foi mobilizado de diferentes formas na produção de conteúdo para o site. No projeto do portal “UFF Memória Informação”, a atuação do profissional de arquivo apenas tangenciou a curadoria de conteúdo, limitando-se ao apoio à pesquisa. Apesar de sua centralidade para a memória administrativa institucional, o arquivo tem sido acionado de forma passiva no projeto. Ao final, indica as ações institucionais em vigor que apontam para a mudança de perspectiva na construção da memória institucional, na qual a Coordenação de Arquivos tende a capitanear o processo.

Palavras-chave: arquivo, memória institucional, universidade pública, difusão de arquivos, arquivologia pós-moderna

1. Introdução

¹ Arquivista, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil

² Historiadora e arquivista, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

A Universidade Federal Fluminense originou-se da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 1960. Após a incorporação de faculdades já existentes na cidade de Niterói passou a ser denominada Universidade Federal Fluminense, através da lei nº 4.831/1965 (BRASIL, 1965). Sua história atravessou os anos de ditadura civil-militar, a criação e a extinção do estado da Guanabara, o processo de redemocratização e chega aos dias atuais.

Os arquivos da instituição documentam essa passagem da história por meio das atividades realizadas pela Universidade, notadamente no ensino, pesquisa e extensão. Concebido aqui como importante ferramenta para a mobilização da memória institucional, o arquivo será estudado em sua relação com a criação de conteúdo para o portal “UFF Memória e Informação”, produto do projeto Memória UFF.

A partir deste estudo de caso, o artigo propõe uma reflexão em torno do arquivo, do papel do arquivista na difusão da informação de arquivo e da memória institucional na Universidade.

2. Arquivologia e mudança de paradigmas

Segundo Heymann e Nedel (2018), os estudos em arquivo têm apontado para o reconhecimento da natureza política dos arquivos e do papel ativo dos arquivistas nas instituições de memória e no próprio processo de configuração das fontes.

Esta perspectiva, aberta em grande medida pelos estudos pós-modernos, com importantes contribuições do pensamento filosófico de Michel Foucault e Jacques Derrida, tem refletido sobre a historicidade dos arquivos e das práticas arquivísticas, as relações de poder e os arquivos, entre outros aspectos.

Afinado com esta corrente, Terry Cook (2018) propôs uma leitura da história das ideais arquivísticas, de fins do século XIX aos dias atuais. Nessa trajetória, Cook chama a atenção para a necessidade de problematizar os processos de transmissão que ao longo do tempo determinam o que deve e o que não deve ser lembrado através das gerações. Para este autor, “todos os atos de rememoração social são culturalmente determinados e têm implicações cruciais” (COOK, 2018, p. 18).

Em sua análise sobre a historicidade da prática e das ideias arquivísticas, Cook identifica alguns discursos arquivísticos que prevaleceram em contextos distintos influenciaram a teoria da área.

Elencamos de sua leitura, três momentos: o começo do século XX, em que o arquivo era compreendido como atividade a serviço de uma historiografia positivista, e o arquivista como um guardião dos documentos cujo cerne da ação residia na preservação dos documentos; meados do século XX, a partir da experiência norte-americana, quando desenvolveu-se a ideia de ciclo de vida dos documentos, em que o foco da atividade recai na avaliação, preservação e gestão dos documentos com destaque para o papel do arquivista no processo de seleção para a preservação; por fim, o movimento que ocorre no final do século XX com o surgimento de uma abordagem social do arquivo, que enfatiza a relação entre valor social e função do produtor, a importância do macrocontexto de criação dos documentos e suas proveniências.

A partir destes movimentos das ideias arquivísticas, Cook constata uma mudança na própria razão de ser dos arquivos, em que a justificativa jurídico-administrativa, centrada no Estado, cede espaço à justificativa sócio-cultural, baseada nas políticas públicas e uso público dos arquivos (2018, p. 63). O arquivo assiste a uma redefinição de suas funções, movimento que se estende às funções do arquivista. Cook assim define essa transição do papel do arquivista:

Ao longo do século passado, os arquivistas deixaram de ser passivos guardiões de todo o resíduo documental legado pelos produtores para se tornar ativos criadores do patrimônio do patrimônio arquivístico; deixaram de ser custodiadores supostamente imparciais dos documentos legados para se tornar agentes intervenientes que estabelecem os padrões de arquivamento e, sobretudo, selecionam para a preservação arquivística somente uma pequena parcela de todo o universo da informação registrada. Os arquivistas tornam-se, pois, diligentes construtores de suas próprias “casas da memória” (COOK, 2018, p. 66)

Tornar-se consciente do papel de mediador dos arquivos é um dos desafios aos quais respondem os profissionais da área atualmente. Da mesma forma, cabe ao arquivista problematizar seu papel na memória que está contribuindo para legar a gerações futuras.

3. Arquivo, memória institucional e Universidade

A imagem do arquivo tem servido tradicionalmente de metáfora para a memória, para ilustrar as lembranças e a guarda de informações de uma coletividade. Ao analisar mais detidamente a relação entre arquivo e memória verifica-se, no entanto, que há lugar para a problematização desta relação.

Segundo Hedstrom (2016, p. 246), as pesquisas sobre memória na área de arquivo têm aberto diferentes frentes de estudo: impacto das tecnologias da informação o papel do arquivista na configuração da memória coletiva, relação dos arquivistas com outros agentes da memória. A autora enfatiza os estudos que tiveram impacto sobre a teoria e prática da avaliação. Estes trabalhos fomentaram o movimento dos arquivos de repensar suas políticas de recolhimento, critérios de avaliação, arranjo e descrição (HEDSTROM, 2016, p. 248). Como resultado, houve um alargamento no escopo das aquisições e recolhimentos de arquivos, contemplando segmentos da sociedade que tradicionalmente não eram objeto de arquivamento. Ao pensar a relação entre arquivistas, arquivo e memória coletiva, Hedstrom afirma:

Ao tomarem decisões acerca de quais documentos são importantes para a preservação permanente, os arquivistas influenciam intensamente na seleção de quais estarão disponíveis para estudo do passado. Através da avaliação, a memória coletiva tornou-se não só uma metáfora para arquivo, mas um local em que as decisões e escolhas dos arquivistas podem ser colocadas em prática, o que determina quais histórias podem ser escritas e o que as sociedades podem lembrar coletivamente. Todos esses avanços desafiam o papel dos arquivistas como guardiães neutros e objetivos (HEDSTROM, 2016, p. 250).

A autora reconhece a importância dos arquivos e o papel dos arquivistas para a memória coletiva. No entanto, coloca o arquivo em perspectiva diante de outros dispositivos de memória que contribuem igualmente para a formação desta memória. Dessa forma, Hedstrom sugere que os investimentos dos arquivistas se concentrem mais em defender o “valor social do arquivo através da investigação das condições em que este é importante na formação, revitalização e transmissão de uma noção de experiência compartilhada” do que a identificação do arquivo como termo equivalente à memória coletiva (2016, p. 255). Os arquivos, em sua leitura, podem se beneficiar mais com a noção de que podem ser “mobilizados para a descoberta ou recuperação de provas que estavam perdidas ou negadas a comunidades em busca de memória” (2016, p. 255).

Para fins deste artigo, a coletividade em tela é a Universidade Federal Fluminense. O lócus analisado é o arquivo universitário, produzido em decorrência das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Compreendemos aqui o arquivo universitário como fonte para acesso à informação, ferramenta para o acionamento de memórias do passado em função das demandas do presente.

Na hierarquia administrativa da Universidade, o arquivo integra a Coordenação de Arquivos subordinado à Superintendência de Documentação (SDC), que

tem como competências: a gestão de documentos e arquivos; a responsabilidade por projetos técnicos sobre documentação arquivística; a assessoria técnica; o atendimento às pesquisas internas e externas; a realização de eventos na área de arquivologia; o intercâmbio com órgãos normativos e entidades arquivísticas; a integração permanente entre os Arquivos e as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade; a realização de ações de sustentabilidade voltadas à gestão de documentos da Universidade.

4. O projeto Centro de Memória da UFF

Em 2011, teve início o projeto de extensão “centro de memória UFF”, comandado por docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF), com parcerias entre diversas unidades administrativas da UFF, contou ainda com participação de alunos bolsistas. O objetivo do projeto foi reunir, sistematizar, produzir conteúdo e disponibilizar o acesso às informações sobre documentos manuscritos ou impressos, objetos, imagens, audiovisuais e outros, que representam fragmentos, vestígios da memória coletiva e institucional da UFF.

Como produto do projeto, foi criado o portal eletrônico “UFF memória informação”, onde apresentam-se os conteúdos pesquisados nas fontes primárias e secundárias disponíveis na UFF, tendo em vista destacar o processo de criação da UFF. O portal é o registro do movimento a favor da criação de uma universidade federal em Niterói-RJ e com o objetivo de ser um referencial de fontes de informação e caminhos para projetos e planejamentos estratégicos relacionado à trajetória da UFF, de suas unidades e demais setores. A seguir a imagem do portal:



Figura 1 – Portal eletrônico “UFF memória informação”
Fonte: UFF- Portal UFF Memória e Informação, 2021.

Na imagem do portal “UFF Memória e Informação” pode-se observar que ele está estruturado a partir dos seguintes eixos temáticos: informação histórico-administrativa da universidade (“apresentação”, projeto, “primeiros tempos”, “UFERJ” e “UFF”); mapa com “circuito de memória”; “galeria multimídia” que contempla fotos, vídeos e áudios, e “linha do tempo” em que se pontuam fatos e acontecimentos destacados como marcantes ao longo da história da UFF.

No eixo informação histórico-administrativa, é traçado um breve contexto histórico do momento político turbulento, pelo qual passou o Brasil, compreendido entre os anos de 1955 a 1964, além de acontecimentos importantes da história da cidade Niterói-Rio de Janeiro que tiveram influência na criação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), federalizada pela lei 3.848 de 18 de dezembro de 1960, antecessora da UFF (BRASIL, 1960).

A UFERJ foi resultado da junção de nove instituições de nível superior que existiam na cidade de Niterói, sob três regimes de vinculação jurídica: federais (Farmácia e Odontologia, Direito, Medicina e Veterinária), estaduais (Engenharia, Enfermagem e Serviço Social) e particulares (Filosofia e Economia). Após 5 anos de disputas internas, e políticas governamentais da época, a UFERJ passou a ser denominada como Universidade Federal Fluminense, por meio da lei federal 4.831/1965 (BRASIL, 1965). Todo esse processo se dá no contexto político do regime da ditadura militar que reprimiu diversos grupos contrários ao regime de governo, inclusive o movimento estudantil da época. Desse período até a década de 1970, a UFF passou por uma primeira reestruturação que resultou na expansão de suas instalações, modernização de seu sistema de ensino e foi reconhecida pela comunidade da cidade de Niterói como grande prestadora de serviços para a população, com destaque para os atendimentos oferecidos no Hospital Universitário Antônio Pedro.

A trajetória histórico-administrativa descrita no portal “UFF Memória e Informação”, pode despertar nos leitores a curiosidade em aprofundar pesquisas sobre assuntos que são abordados de formas sucintas pelos idealizadores do projeto em questão.

Na parte do portal destinada às “multimídias”, estão disponíveis fotos, áudios e vídeos, estes dois últimos não acessíveis por desatualização do portal. Observa-se nas fotos disponíveis, que o que foi priorizado para servir de recursos de memória foram os grandes personagens da UFF, conforme retratado nas fotos dos antigos reitores e priorizaram também a

parte arquitetônica da UFF ao mostrar as instalações físicas da UFF, representadas pelos seus prédios que abrigaram as principais faculdades que deram origem à UFF.



Figura 2 – Portal eletrônico “UFF memória informação”: destaque para os prédios que pertencem à UFF.

Fonte: UFF- Portal UFF memória e Informação, 2021.

Para um projeto memorialístico, retratar apenas a história dos grandes personagens e seu patrimônio arquitetônico é relegar ao esquecimento todos os outros sujeitos do processo de construção da Universidade, principalmente o movimento estudantil da época da criação da UFERJ e UFF, em meio ao regime ditatorial vivenciado pelo Brasil naquele contexto político.

O portal “UFF memória informação” tem o eixo temático “linha do tempo”, que traz um desencadeamento de fatos considerados marcantes na trajetória da criação da UFF. Porém, da maneira como está exposto o assunto no portal eletrônico, observa-se que carece de imagens como exibição de documentos textuais ou fotos, por exemplo, que tornariam a abordagem do tema mais condizente com um projeto memorialístico que se pretende. A maneira como as informações estão colocadas não deixa claro qual o critério que determinam quais funções, atividades, organizações e pessoas, devem ser incluídas ou não na memória coletiva.

Ao longo da pesquisa para este artigo foi possível constatar por meio de perguntas a alguns participantes do projeto que, apesar do projeto contar com a participação de arquivistas da UFF, estes profissionais não tiveram um papel de protagonismo no planejamento e execução das atividades. Verificou-se que foram acionados apenas para disponibilizarem para consulta o

acervo que tinham no arquivo da instituição. Caso tivessem um grande engajamento no planejamento do projeto poderiam ter contribuído mais com a parte de pesquisa documental e difusão dos documentos arquivísticos para subsidiar as informações presentes no portal. Pois se é o arquivista que atua como gestor dos documentos arquivísticos da instituição, este tem um desafio, em deixar de ser um “passivo guardião” de documentos para se reconhecer como “ativo criador do patrimônio arquivístico” da Universidade e colaborar como difusor das informações.

Outro ponto de questionamento refere-se aos documentos arquivísticos textuais não figurarem como possibilidade de pesquisa no portal, tendo servido tão somente para subsidiar a pesquisa histórica do projeto, notadamente nas seções Informação histórico-administrativa e Linha do tempo. Apenas fotos ganham destaque no conteúdo do portal que contemplou os gestores, representados pelos reitores e pelo patrimônio imóvel da UFF.

Constatou-se que há uma necessidade de atualizar o portal que conta com informações até o ano de 2014, ou seja, duas gestões de diferentes reitores não constam no portal. Pois, se o Projeto Centro de Memória UFF reflete a preocupação em preservar a memória institucional, é preciso que haja uma continuidade em manter as informações em dia com a realidade institucional.

A justificativa para a falta de atualização do portal foi o fim do financiamento do projeto, a partir de 2014. Enquanto o projeto esteve vigente, contou com o apoio da alta gestão da UFF, que viabilizou recursos financeiros, tecnológicos e humanos para a sua concretização. Muitos bolsistas foram contratados para realizar pesquisas, descrições de documentos arquivísticos, indexação e inclusão de informações no portal.

É necessário que a alta gestão da UFF tenha um entendimento de que projetos que almejem preservar a memória institucional precisam estar contemplados na agenda de planejamento da Universidade para garantir a sua continuidade e atualizações necessárias.

5. Considerações finais

Com base na literatura utilizada, entende-se o arquivista como um profissional que deve desenvolver proativamente ações de curadoria, atividades difusão de acervo e demais atividades que contribuam para a constituição da memória coletiva e social da instituição.

Destaca-se que, a despeito de sua centralidade para a memória administrativa institucional, a Coordenação de Arquivos/SDC/UFF foi acionada para este projeto, porém atuou de forma pouco ativa.

No entanto, existem algumas as ações em curso que apontam para a mudança de perspectiva na construção da memória institucional, em que a Coordenação de Arquivos/SDC/UFF tende a capitanear o processo.

O Arquivo da UFF tem muitos acervos com potencial de pesquisa para serem divulgados. E é uma função do arquivista realizar a difusão do acervo, e trabalhar com a curadoria digital pode ser um meio para realizar a difusão do acervo, nessa ótica pós-moderna, pode ser algo promissor.

Em tempos de pandemia em que vivemos, o acesso à informação pelo meio digital torna-se cada vez mais necessário para pesquisadores e demais cidadãos. Nesse sentido, a curadoria digital é uma possibilidade para o arquivista contribuir para o acesso à informação e para a construção da memória institucional.

Por último, é essencial que haja o apoio dos gestores administrativos da UFF para viabilizar esse e outros projetos memorialísticos que visem difundir e preservar a memória da Universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960*. Ementa: Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3848-18-dezembro-1960-354411-norma-pl.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965*. Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4831-5-novembro-1965-368485-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. *Arquivo universitário e memória universitária*. Informação e Sociedade: Est. Vol. 23, n. 3, pág. 13-22, set./dez 2013.

COOK, Terry. *O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma*. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia (org). *Pensar os arquivos, uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

HEDSTROM, Margaret. *O arquivo e a memória coletiva*. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org). *Correntes do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Portal UFF memória e informação*. Disponível em: <http://www.memoria.uff.br/> Acesso em: 07 fev. 2021.

Notas

As entrevistas foram realizadas por meio de questionário, via e-mail, aplicado a dois participantes do projeto (um aluno e um arquivista). Para maiores detalhes da entrevista contactar as autoras por e-mail.